

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v15n2.1078>

O princípio de não contradição: princípio ontológico, ôntico e gnosiológico do ser

The principle of non-contradiction: ontological, ontic and gnosiological principle of being

João Paulo Maciel Lima(1); Claudinei Reis Pereira(2)

1 Licenciado em Filosofia no Instituto de Estudos Superiores do Maranhão. Atualmente é mestrando em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Atua como professor de Filosofia do ensino básico no Colégio Laboro em São Luís do Maranhão.

E-mail: jpmlima98@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6894-4943>

2 Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES (2024). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Tem Especialização em Filosofia Ética e Política pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão-IESMA e Especialização em Lógica e Ciências Cognitivas pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Atua como professor substituto pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: claudnei_2012@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6232-8007>

Resumo

É comum ter uma noção diminuta do princípio de não contradição, uma vez que normalmente ele é posto apenas como um princípio lógico, mas ele é antes de tudo um princípio ontológico, ele é a própria manifestação ulterior do ser. Com efeito, ele nos ajudará responder a pergunta central, como o ser se manifesta na multiplicidade dos entes? Deste modo, é sobretudo necessário apresentar a manifestação do ser por meio de seu princípio ontológico nos planos ontológico, ôntico e gnosiológico do real. A partir disso, esclarecer a impossibilidade de demonstração do princípio de não contradição, e como isso leva ao princípio do terceiro excluído; explicar o princípio de identidade como síntese e afirmação do pensamento, estabelecendo a coincidência entre ser e pensar; e também relacionar o princípio de não contradição com a predicação semântica essencial e accidental. Para isso, é utilizada uma abordagem qualitativa com um caráter bibliográfico de natureza descritiva, fazendo uso da análise doutrinal. Como resultado, é perceptível a presença de um mesmo princípio nos entes de todas as naturezas. Concluindo que o ser, mediante o princípio de não contradição, se manifesta na multiplicidade dos entes.

Palavras-chave: Princípio de não contradição; Ser; Ente; Identidade; Terceiro excluído.

Datas:

Recebido: 19/09/2022

Aprovado: 11/06/2023

Publicado: 25/09/2024

Abstract

It is common to have a diminutive notion of the principle of non-contradiction, since normally it is only posited as a logical principle, but it is above all an ontological principle, the very ulterior manifestation of being. Indeed, it will help us answer the central question: how does being manifest itself in the multiplicity of entities? In this way, it is mostly necessary to present the manifestation of being through its ontological principle in the ontological, ontic and gnosiological planes of the real. From this, to clarify the impossibility of demonstrating the principle of non-contradiction and how this leads to the principle of the excluded middle; to explain the principle of identity as the synthesis and affirmation of thought, establishing the coincidence between being and thinking; and also to relate the principle of non-contradiction with essential and accidental semantic predication. For this, a qualitative approach is used with a bibliographic character of descriptive nature, making use of the doctrinal analysis. As a result, the presence of the same principle in beings of all natures is perceptible. Concluding that being, through the principle of non-contradiction, manifests itself in the multiplicity of entities.

Keywords: Principle of non-contradiction; Being; Entity; Identity; The excluded middle.

Introdução

É fato que a problemática do ser e ente, segundo Gilbert, “sempre caracterizou o discurso filosófico” (Gilbert, 2005, p. 7). Já Molinaro afirma que o problema da unidade e multiplicidade “é aquele que percorre todo o arco do desenvolvimento histórico da metafísica, das origens aos nossos dias, e que mostra em tal modo de ser o problema essencial da metafísica.” (Molinaro, 2002, p. 112). Ora, ambos estão dizendo a mesma coisa, pois essa problemática trata da unidade do ser e da multiplicidade dos entes. Como a unidade do ser se manifesta na multiplicidade dos entes, e como a multiplicidade dos entes participa da unidade do ser. Tal problema está no coração da Metafísica, e dele se ocupam os grandes filósofos, embora muitas vezes não coloquem o problema nestes termos.

Tudo aquilo que é e se manifesta possui princípios, pois tudo deriva de algo que não é ele mesmo. Temos sempre, portanto, o princípio de uma coisa e o principiado, que é a própria coisa. É comum e lógico pensarmos que todo princípio é anterior ao principiado. Mas no que se refere ao ser, são necessárias algumas ressalvas, pois também ele possui princípios. O ser é o todo da realidade excluindo apenas o não ser; ou seja, nada lhe é estranho ou está fora dele, mas tudo está absolutamente implícito e implicado nele como bem afirma Molinaro (2002). Ora, no momento em que pensamos que o ser possui um princípio, e que seu princípio lhe é anterior e de onde lhe vem a derivação, estamos incorrendo em um absurdo metafísico. Provemos isto. Admitamos como verdadeiros esses três argumentos: (I) o ser é o todo da realidade; (II) apenas o não ser, por não ser, está fora do ser; (III) o ser possui um princípio que lhe é anterior, e que, portanto, está fora dele; por meio dessas premissas concluímos que o princípio do ser é o não ser. O que é evidentemente absurdo, pois o não ser, porque não é, não pode ser de forma alguma, como bem afirma Parmênides (REALE; ANTISERI, 1990). O problema está quando admitimos como verdadeiro a premissa (III), é por ela que se incorre em absurdo; pois cria-se uma falsa união daquilo que é absolutamente oposição: ser e não ser. Sendo assim,

os princípios do ser não podem ser anteriores a ele, mas “os princípios do ser são o próprio ser como princípio ou fundamento” (Molinaro, 2002, p. 95).

Aristóteles oferece alguns significados de princípio, e ele percebe que “é comum a todos os significados de princípio o fato de ser o primeiro termo a partir do qual algo é ou é gerado ou é conhecido” (*Metph.* V, 1, 1013 a 17-19)¹. Portanto, percebemos que o princípio se desdobra em três ordens: ordem ontológica, ordem ôntica, e ordem cognoscível.

O princípio na ordem ontológica se dá no plano do ser, e, portanto, já foi explicitado. Pelo fato de que a respeito do ser não há um “do qual” ou “pelo qual” deve-se dizer que os princípios do ser são o próprio ser.

O princípio na ordem ôntica se dá a partir do devir, pois aquilo que gera, gera um ente deveniente. Esse princípio é causa de sua geração, e, porque é causa, o ente gerado só pode ser entendido a partir da teoria da causalidade. Para tanto, é necessário estabelecer a distinção entre princípio e causa. Podemos chamar toda causa de princípio, pois como vimos é a partir dela que o ente deveniente é produzido, logo é princípio de movimento, mas não podemos chamar todo princípio de causa, uma vez que o primeiro é superior ao segundo; é assim pelo caráter de primariedade e originariedade do princípio.

De fato, o princípio como tal é aquilo de que primária e originariamente deriva alguma coisa; ao contrário, a causa não comporta esse caráter. Rigorosamente falando, não tem sentido um princípio principiado, um fundamento fundado; a causa, ao invés, pode muito bem ser causa causada. Isto é tão evidente que, quando se quer excluir que se trata de causa causada, fala-se de causa primeira ou de causa incausada; com esta qualificação a causa, primeira ou incausada, é entendida como idêntica ao princípio (Molinaro, 2002, p. 96).

O princípio de causalidade, ou melhor dizendo, o teorema de causalidade é uma exigência do princípio da não contradição. Pois, para que o devir não venha a ser uma contradição ele deve possuir uma causa. Isso quer dizer que a causa do devir é o momento ôntico do princípio ontológico do ser.

Por fim, o princípio na ordem gnosiológica, que se dá, como o nome diz, no plano do conhecimento. O princípio pelo qual algo é conhecido se dá na verdade e evidência das premissas, elas geram o principiado, que é a conclusão. Ou seja, a verdade e evidência das premissas levam indubitavelmente à verdade e à evidência da conclusão. Mas, esse nexos interno entre princípio e principiado (premissas e conclusão) só será possível se for respeitado o princípio da não contradição.

1 As referências aos gregos antigos não seguem as normas da ABNT: autor, ano e página. No caso de Aristóteles, suas obras são referidas pelas páginas e subdivisões de *Aristotelis Opera*, que organiza o conjunto das obras de Aristóteles, o *Corpus Aristotelicum*, preparada por Immanuel Bekker (1785-1871), para a Academia de Ciências de Berlim. Este modo de referência conta com a abreviação grega transliterada da obra; o primeiro algarismo romano que indica o livro da obra; o primeiro algarismo arábico que indica o capítulo do livro; o segundo indica a página da edição de Bekker; as letras a ou b se referem respectivamente às colunas da esquerda ou da direita; e os números seguintes se referem às linhas do texto.

Ou seja, o princípio no plano do conhecimento é o mesmo que o princípio no plano do ser. Isso quer dizer que ser e pensar são coincidentes, e disso depende a verdade de todo discurso. Ora, a verdade do pensamento só é garantida se estiver conforme a verdade do ser, que é a realidade tal como ela é e que se impõe ao pensamento, ou seja, a verdade se mostra na conformidade como adequação do pensamento com o ser e do ser com o pensamento.

O princípio como manifestação do ser é o mesmo que torna possível a manifestação do pensamento e se manifesta como princípio do pensamento, pois só por ele podemos conhecer qualquer coisa, uma vez que sem ele o ser seria em si mesmo contradição e o pensamento não seria capaz de repousar no objeto. Este princípio é o princípio da não contradição:

Porque o conhecimento, o pensamento, consiste inteiramente na manifestação ou evidenciação do ser, deve-se concluir que em relação ao pensamento o princípio se apresenta na mesma forma em que se apresenta em relação ao ser: o princípio do pensamento é o princípio que é o pensamento, como o princípio do ser é o princípio que é o ser; como aquele do ser, também o princípio do pensamento é transcendental; e como o princípio do ser é o princípio de não contradição, igualmente o princípio do pensamento é o princípio de não contradição (Molinero, 2002, p. 97).

Note que desde o “princípio”, com todos os significados que lhe são característicos, o ser se manifesta e se evidencia no ente. E isso se dá por meio do princípio da não contradição, que é o princípio primeiro do ser; enquanto os outros princípios são derivações que se desdobram enquanto síntese, que é o caso do princípio de identidade, e enquanto equivalência, respondendo pelo nome de princípio do terceiro excluído. O desdobramento enquanto síntese do princípio de identidade ocorre pois é uma fórmula diminuta do princípio de não contradição, no sentido de que expressa um aspecto deste princípio, a saber, a identidade e a oposição ao seu contrário. O desdobramento enquanto equivalência do princípio do terceiro excluído ocorre por uma necessidade lógica em que ao afirmar o princípio da não contradição deve necessariamente afirmar o princípio do terceiro excluído.

Dentre outros autores, esse artigo se valerá bastante de Molinero. Pois sua obra *Metafísica: Curso Sistemático* apresentará os três princípios como manifestação ulterior do ser. E irá ajudar a responder a pergunta nevrálgica deste trabalho: como o ser se manifesta na multiplicidade dos entes?

Princípio de não contradição e sua impossibilidade de demonstração

O princípio de não contradição garante a não contraditoriedade do ser e a possibilidade de qualquer pensamento ou discurso; e como tal ele deve ser o primeiro e mais seguro de todos os princípios ou axiomas. De tal forma, que ele garante a verdade dos axiomas sejam da geometria, aritmética, física, ou qualquer outra ciência. Toda

demonstração repousa nesse princípio. Por isso diz Aristóteles: “O princípio mais seguro de todos é aquele sobre o qual é impossível errar: esse princípio deve ser o mais conhecido (de fato, todos erram sobre coisas que não são conhecidas) e deve ser um princípio não hipotético” (*Metph.* IV, 3, 1005 b 12-14).

A primeira formulação do princípio da não contradição se dá no nível lógico: “É impossível que a mesma coisa, ao mesmo tempo, pertença e não pertença a uma mesma coisa, segundo o mesmo aspecto” (*Metph.* IV 3, 1005 b 18-19). Tal que sua formulação em linguagem formal na lógica modal é:

$$\Box (\forall x) (\forall F) \sim [(Fx \wedge \sim Fx)]$$

Logo em seguida, Aristóteles refaz o princípio transpondo para o sentido ontológico: “Efetivamente, é impossível que uma coisa seja e não seja ao mesmo tempo” (*Metph.* IV, 3, 1005 b 22-23). No entanto, essa distinção é meramente abstrativa, pois na realidade o ser e o *logos* são coincidentes; ao ponto de que tudo aquilo que é possui um caráter onto-lógico.

Podemos nos perguntar como Aristóteles demonstra a existência de tal princípio. No entanto, tal pergunta é descabida, pois:

Constitui ignorância o fato de não saber de que coisas se deve buscar uma demonstração e de que coisas, ao contrário, não se deve. É impossível que exista demonstração de tudo: nesse caso ir-se-ia ao infinito e, conseqüentemente, não haveria nenhuma demonstração (*Metph.* IV, 4, 1006 a 6-9).

Essas coisas que não carecem de demonstração são exatamente os princípios. Pois, “a demonstração, ou silogismo, é um argumento em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições aduzidas” (*Top.* I, 1, 100 a 10-12). Portanto, a verdade da conclusão deriva necessariamente da verdade das premissas. Ora, partindo da evidência que a conclusão é necessariamente posterior às premissas, se quiséssemos demonstrar a existência do princípio de não contradição, teríamos que admitir a existência de um princípio que lhe seja anterior, o que é evidentemente falso como já ficou estabelecido. E se quiséssemos demonstrar sua existência partindo dele mesmo como premissa inicial, cairíamos em uma petição de princípio, que é um argumento circular e vicioso. Fica, assim, estabelecido a impossibilidade de uma demonstração direta do princípio.

Foi dito com razão que o princípio de não contradição não pode ser demonstrado de forma direta, no entanto, uma demonstração indireta é possível, o que Aristóteles chama de demonstração por refutação.

E a diferença entre a demonstração por refutação e a demonstração propriamente dita consiste em que se alguém quisesse demonstrar cairia claramente numa petição de princípio; ao contrário se a causa da demonstração fosse a afirmação de outro, teríamos refutação e não demonstração (*Metph.* IV, 4, 1006 a 15-19).

Aristóteles não demonstra o princípio, mas “mostra” sua existência através do que seu próprio adversário diz. Essa refutação desemboca no terceiro excluído. Aristóteles formula esse princípio de tal forma: “Não é possível que exista um termo médio entre os contraditórios, mas é necessário ou afirmar ou negar, do mesmo objeto um só dos contraditórios qualquer que seja ele” (*Metph.* IV, 7, 1011 b 23-24). De tal modo que sua formulação lógica é: $\Box (\forall x) (\forall F) [(Fx \vee \sim Fx)]$.

A refutação proposta por Aristóteles para provar o princípio da não contradição pode ser chamada de redução ao absurdo, pois toma como verdadeira a opinião do adversário, expondo assim sua impossibilidade, e, portanto, sua contradição. Ora, implicitamente tal exposição admite o terceiro excluído, pois toma como verdade uma das opiniões opostas, não cogitando uma medianidade entre as oposições. Portanto, só será verdadeira uma ou outra opinião.

Uma vez que a redução ao absurdo opera tanto com a não contradição quanto com o terceiro excluído, Almeida (2008) defende que exista uma bi-implicação necessária entre os dois princípios, ou seja, uma equivalência, de forma que:

$$\sim(A \wedge \sim A) \leftrightarrow (A \vee \sim A)$$

Aristóteles se delonga demasiadamente refutando os argumentos dos adversários que se colocam contra o princípio. E nas refutações o princípio do terceiro excluído é parte integrante da argumentação. A demonstração por refutação pressupõe que o adversário diga algo que tenha significado para si e para os outros, pois se Aristóteles começar a fala será culpado de petição de princípio; e se o adversário se recusar a falar não haverá discurso, e ele será “semelhante a uma planta” (*Metph.* IV, 4, 1006 a 15). Pois bem, quando o adversário faz uma asserção, por exemplo, ele inconscientemente quer dizer que tal coisa possui um significado determinado; portanto ele terá que admitir que as coisas não podem ser assim e não assim ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, e que as coisas são assim ou não assim. Ou seja, terá que admitir o princípio da não contradição e do terceiro excluído.

Almeida nos traz um exemplo em que Aristóteles refuta seu adversário se utilizando tanto do princípio da não contradição quanto do terceiro excluído:

- (a) Pede-se ao adversário do princípio que signifique algo uno para si e para outro (para quem o questiona);
- (b) Este pedido vem na forma da pergunta dialética: É verdadeiro *ou* é falso que *a* é homem?;
- (c) O adversário responde (admite/significa) que *a* é homem
- (d) O adversário admite que ‘ser homem’ significa o mesmo que ‘ser animal bípede’;
- (e) Se, necessariamente, ‘ser homem’ significa o mesmo que ‘ser animal bípede’, então necessariamente, se *a* é homem, então *a* é animal bípede;
- (f) Então, se, necessariamente, *a* é homem, e ‘ser homem’ é igual a ‘ser animal bípede’, então não é possível que *a* não seja animal bípede e não é possível afirmar com verdade que *a* é homem e não é homem, pois, pela definição de significar algo uno (na qual está

implícito o princípio do terceiro excluído) *ou a é homem ou a não é homem*; logo é impossível que tudo seja assim e não-assim ao mesmo tempo, tal como afirma o adversário do princípio (Almeida, 2008, p. 37).

Toda a argumentação começa quando ele pergunta se é verdadeiro ou é falso que *a é homem*, nesse caso só se pode admitir um dos contrários (é ou não é); fica evidente que Aristóteles aplica o princípio do terceiro excluído como um momento necessário para a argumentação. No próprio exemplo é perceptível que Aristóteles refuta a negação do princípio com o próprio princípio em que o culpado pela petição de princípio é o adversário. Mas, segundo a opinião de Almeida:

Tal procedimento [demonstração por refutação] tem um *sentido indutivo*, posto que não é possível demonstrar o princípio primário por meio de nenhum outro, o que indica que demonstração refutativa comete sim um tipo (especial) de petição de princípio e opera com um tipo específico de demonstração circular com validade apenas indutiva (Almeida, 2008, p. 28).

Nessa passagem, Almeida expressa os limites da demonstração refutativa, mas que ainda sim possui seu valor. Ora, ela se utiliza do princípio da não contradição e do terceiro excluído em sua argumentação, o que nos faz aferir que ambos são momentos diferentes do mesmo princípio. Isso implica que ao afirmar um, necessariamente deve-se afirmar o outro, e ao negar um, necessariamente deve-se negar o outro.

O princípio de identidade como síntese e afirmação do princípio de não contradição

Aristóteles ignora a identidade como princípio ontológico. Mas, nos dá a definição de idêntico, primeiramente, enquanto acidente, e depois, enquanto *unus per se*. A identidade por acidente acontece quando dois atributos (músico e branco, p. ex.) se referem ao mesmo sujeito (homem p. ex.); assim também como músico e homem são idênticos, pois o primeiro é acidente do segundo. As coisas também são ditas idênticas quando sua matéria é una pela espécie ou pelo número ou quando elas possuem uma única substância (*Metaph. V, 9, 1017 b 26 - 1018 a 7*).

Mas, foi na escolástica do século XIV, que através do princípio de economia, guia metodológico de Guilherme de Ockam, foi sintetizado o princípio da não contradição na fórmula: o ente é. Donde se segue que o não-ente não é. Com isso podemos dizer que o ente é ente; e o não-ente é não-ente (Abbagnano, 2007). De forma que sua formulação lógica é $A \leftrightarrow A$. Apenas com Wolff a identidade foi elevada à condição de princípio.

Enquanto o princípio de não contradição nega a incontraditoriedade do ser, o princípio de identidade afirma a identidade do ser consigo mesmo. O princípio de identidade denota a unidade do ser, pois se o ser é idêntico unicamente a si mesmo, logo, nega qualquer coisa que não seja ele. O ser é absoluta afirmação, enquanto o não ser é absoluta negação; caso o princípio de identidade não fosse verdadeiro, o ser se identificaria

com o não ser, o que negaria o princípio da não contradição. Portanto o ser é indiviso, ou seja, nega sua negação.

Indivisão como negação da negação e indivisão como impossibilidade da negação, ou negação da possibilidade, comportam a absoluta ausência de oposição no interior do ser: a indivisão é não-oposição e a indivisibilidade é não-oponibilidade; uma e outra dão como resultado positivo a identidade: a unidade do ser é identidade; o ser não é outra coisa que o ser (Molinaro, 2002, p. 76-77).

Em suma, o princípio de identidade denota a unidade e a indivisibilidade do ser, e assim nega a sua negação.

O princípio da não contradição é o princípio de identidade em sua completude, uma vez que este é a síntese daquele. Por si mesmo a identidade apenas afirma a unidade do ser, de forma que o ser é sempre ele mesmo. No entanto, o princípio de identidade quando separado do princípio da não contradição se torna uma abstração vazia, pois não expressa nenhuma relação. Afirmer a incondicionalidade absoluta do ser nada expressa quando excluída da negação de seu contrário. Que o ser é sempre ele mesmo é apenas uma parte do todo que não faria sentido sem o todo, ou seja, a afirmação do ser carrega necessariamente a negação do seu contrário.

O princípio da não contradição traz consigo, portanto, uma relação com seu contrário, o não ser, ainda que seja uma relação negativa que suporta absoluta oposição. A concretude do princípio é garantida por essa relação. E essa relação entre ser e não ser baseia-se em oponibilidade absoluta. Enquanto o ser se afirma em si e sobre si, essa afirmação de si nega sua negação, assim como nega sua identificação com o não ser.

O princípio de identidade [...] permanece abstrato se na síntese não fica expressa a sua absoluta oposição ao não ser. Isto significa que o pleno e total significado, ou sentido, ou verdade do ser são dados pela inseparabilidade absoluta da identidade e da não contradição. Dizer que o ser é absoluta identidade, absoluta positividade, absoluta posição e afirmação, é dizer só um momento da verdade do ser, e enquanto é só um momento, é abstrato. Torna-se concreto enquanto tal momento está unido à exclusão da não-identidade (Molinaro, 2002, p. 99-100).

Caso o ser se identificasse com o não ser teríamos três consequências: duas no nível inteligível e uma no nível da experiência. A primeira consequência no nível inteligível, que se dá na ordem ontológica, seria a desabsolutização do ser; uma vez que o ser é absoluto, ele nega sua oposição absoluta o não ser, ora, o não ser absoluto, que é absoluto apenas enquanto não é, não fere o absolutismo do ser, uma vez que o não ser não é; no entanto, se o ser se identificasse com o não ser, haveríamos dois absolutos, pois o não ser passaria a ser, e o não ser seria absoluto enquanto é. Dessa forma o ser deixaria de ser absoluto,

pois por força da definição do termo, um absoluto não admite outro absoluto; portanto, ou apenas um é absoluto, ou ambos não o são.

A segunda consequência no nível inteligível, que se dá na ordem lógica, é: a identificação daquilo que é necessariamente verdadeiro com aquilo que é necessariamente falso. Aquilo que é necessariamente verdadeiro é equivalente a aquilo que é universalmente válido, e a negação disso equivale ao necessariamente falso. Para ficar claro, aquilo que é necessariamente verdadeiro significa que em qualquer mundo possível essa verdade permanecerá verdadeira, ou seja, são coisas que são assim e não podem não ser assim. Encontramos isso principalmente na aritmética, geometria e lógica; verdades como $2+2=4$, a soma dos quadrados dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa, triângulo é uma figura geométrica de três lados, $(A \wedge A) \rightarrow A$; exemplos como esses expressam, por força do princípio da não contradição, a impossibilidade de certas coisas não serem o que são. Caso o ser seja idêntico ao não ser, aquilo que necessariamente é pode vir a não ser necessariamente. Logo, qualquer proposição que se pretendesse universal ao nível inteligível estaria fadada a ser idêntica à sua contradição.

Uma outra consequência, mas dessa vez no nível da experiência, é a identificação do ente com o não ente. O ente, enquanto parte do ser, nega absolutamente sua oposição, pois também carrega o princípio de não contradição. É exatamente a identidade do ente consigo mesmo que garante o progresso científico. Caso o ser se identificasse com o não ser, assim também seria sua parte, ou seja, o ente se identificaria com o não ente; dessa forma, o sujeito seria incapaz de investigar o objeto, pois esse seria instável. Por exemplo: Nessa situação a fórmula da água seria e não seria H_2O , ora seria ora não seria, ou seria e não seria ao mesmo tempo. As ciências naturais, portanto, inexistiriam, pois, seu objeto não ofereceria qualquer verdade.

Já foi afirmado que ser e pensar são coincidentes, e isso é certo porque o pensamento é a manifestação do ser em seu plano lógico. Ora, o modo como o ser se manifesta é pelo princípio da não contradição, por isso o princípio estrutural do pensamento é o da não contradição.

O pensamento é a própria afirmação do ser, dessa forma, é impossível que ele seja sua negação. Assim, se o ser não pode não ser, igualmente o pensamento não pode ser não-pensamento ou pensar o não-ser.

Dado que o ser não pode não ser e dado que o pensamento é manifestação do ser enquanto não pode não ser, é impossível que o ser se manifeste no pensamento como aquilo que pode não ser, isto é: é impossível que o pensamento como manifestação do ser seja manifestação do não ser; o pensamento não pode ser o ser na sua manifestação e o não ser na sua manifestação; justamente porque o não ser é não ser, a sua manifestação é não-manifestação (Molinaro, 2002, p. 101)

O ser determina a verdade do pensamento, e o pensamento não pode determinar o ser. Deste modo, a lógica depende da ontologia. A realidade do ser que reflete na

realidade do pensamento não o contrário; a prova disso é que pela lógica sabemos que um argumento pode ser válido se a sua conclusão derivar das premissas, e ao mesmo tempo não ser verdadeiro se não corresponder à realidade objetiva das coisas.

O princípio da não-contradição e sua relação com a predicação semântica essencial e acidental

Aristóteles vai afirmar que aqueles que negam o princípio da não contradição “suprimem a substância e essência das coisas, e afirmam que tudo é acidente” (*Metph.* IV, 4, 1007 a 22). De fato, se a essência das coisas for negada e igualada aos acidentes, o princípio da não contradição é também negado. O argumento do adversário parece ser esse: *X* é homem; *X* é também branco e grande; branco e grande não significam o mesmo que homem; logo *X* é homem e não-homem. Para isso Aristóteles responde:

Se lhe perguntamos se é verdade dizer que essa coisa é homem ou não, deve dar uma resposta que signifique uma única coisa, e não deve acrescentar, por exemplo, que o homem é também branco e grande. De fato, é impossível enumerar todos os acidentes porque eles são infinitos. Então, ou se enumeram todos ou nenhum (*Metph.* IV, 4, 1007 a 11-15).

O cerne do escopo argumentativo aristotélico nesse caso é a diferenciação dos termos que significam determinada coisa daqueles que significam atributo de determinada coisa, que podemos traduzir respectivamente por significar algo uno e significar algo de uno. O segundo caso se refere a todo e qualquer termo que predicamos de um sujeito (por exemplo: homem, branco, culto), não fazendo distinção alguma entre categoria de predicados. No entanto, apenas uma categoria de predicados corresponde tanto ao primeiro quanto ao segundo caso, que são os predicados essenciais; ora, quando afirmamos que Sócrates é homem, o predicado homem significa algo uno, pois afirma algo da essência de Sócrates, e ao mesmo tempo algo de uno, pois é um atributo do sujeito, ainda que intrínseco a ele. Ao negar essa distinção incorremos em absurdo, tal como podemos constatar:

Aristóteles pretende mostrar que isso resultaria em algo absurdo: toda e qualquer sentença apresentaria as mesmas propriedades lógico-semânticas. Assim, as frases “Sócrates é branco” e “Sócrates é homem”, teriam a mesma forma lógica, o que equivale a dizer que a análise das relações semânticas e sintáticas envolvendo os termos seria a mesma em ambos os casos: nas duas frases, indistintamente, sujeito e predicado apresentariam dois nomes para o mesmo objeto, e a maneira pelo qual o nome designa o seu objeto seria respectivamente a mesma tanto para o sujeito como para o predicado (Angioni, 1999, p. 138).

Confirmando o que foi dito, se negarmos essa distinção entre significar algo uno e significar algo de uno, os termos significariam a mesma coisa, e conseqüentemente, como

tudo seria sinônimo, aconteceria o que disse Aristóteles: “todas as coisas se reduziriam a uma só” (*Metph.* IV, 4 1007 b 20). Pois, poderíamos trocar o sujeito pelo predicado e a semântica lógica em nada alteraria, “assim como qualquer item X poderia ser sujeito de um predicado ulterior ou predicado de um sujeito anterior, e isso se repetiria *ad infinitum*” (Angioni, 1999, p. 140).

Isso é resultado da diferenciação ontológica entre essência e acidente: uma vez que “a essência de cada coisa é o que ela é por si mesma” (*Metph.* VII, 4, 1029 b 13-14); assim como a forma da coisa; ela não se predica de nada, mas tudo se predica dela; dessa forma, um predicado essencial está subsumido no sujeito de modo intrínseco e necessário, pois ele diz algo de sua essência (por exemplo: o homem é um animal bípede). Enquanto o acidente pode pertencer ou não pertencer a alguma coisa sem que por isso a coisa deixe de ser ela mesma, “e não pode, contudo, ser independentemente do sujeito em que é” (*Cat.* 2, 1 a 25-26). Dessa forma, o acidente pode apenas ser predicado de um sujeito, uma vez que ontologicamente ele necessita de um subjacente que lhe seja heterogêneo para se manifestar, e em uma frase ele funciona somente como atributo extrínseco e contingente de um objeto (por exemplo: Sócrates é branco). No entanto, podemos pensar em casos na gramática em que o acidente é sujeito de um predicado, como por exemplo “o branco é uma certa cor”, porém essa frase não possui referência direta com a realidade, pois sabemos que o branco é uma certa cor apenas por que o notamos quando unido a um objeto (ANGIONI, 1999). Por isso um acidente, embora na gramática possa funcionar como sujeito, ontologicamente ele não será verdadeiro sujeito, pois nada se predica dele, uma vez que um “acidente não pode ser acidente de um acidente, a menos que um e outro sejam acidentes da mesma coisa” (*Metph.* IV, 4, 1007 a 2-3).

Assim Aristóteles responde ao seu adversário que igualando essência com acidente, e conseqüentemente predicados essenciais com predicados acidentais, nega o princípio da não contradição; ele mostra que:

O erro do interlocutor sofisticado em 1007 a 7-14 havia sido ignorar essa diferença nas propriedades lógicas respectivas de cada categoria de predicados. Ao montar o raciocínio pelo qual pretendia provar a falsidade do princípio de não contradição, deslizava de maneira ilegítima de uma categoria para outra (Angioni, 1999, p. 136).

Ao explicitar a diferenciação da categoria de predicados fica salvaguardado o princípio da não contradição. Podemos notar, assim, que também a linguagem é abarcada pelo princípio da não contradição, uma vez que ele é a explicitação ulterior do ser, e o ser tudo abrange.

Considerações Finais

Foi abordado o ser abstraído do ente, o ser em seu plano próprio, e identificamos seus princípios que lhe são sua forma de explicitação ulterior. Tendo como princípio primeiro o da não contradição, por ele o ser se manifesta nos diferentes planos do ente: plano ontológico, ôntico e gnosiológico, dando-lhe caráter de unidade e incontraditoriedade.

Uma vez que o princípio de não contradição é o primeiro dos axiomas, uma demonstração de sua existência é impossível, pois cairia em uma petição de princípio. Então para “mostrá-lo”, Aristóteles se utiliza do princípio do terceiro excluído que é uma equivalência lógica do princípio de não contradição. Depois de muito tempo, o princípio de não contradição foi sintetizado no princípio de identidade com sua fórmula diminuta: “o ente é”. Esta síntese afirma a unidade do ser e nega o seu contrário, que é o não ser. Assim, os princípios do terceiro excluído e de identidade provêm do princípio de não contradição, aquele como equivalência, este como síntese.

Pode-se pensar que o princípio do ser é anterior a ele, mas nada é anterior ao ser. Assim diz-se princípio, pois ele é sua própria estrutura na qual ele se manifesta. Com efeito, ele é o princípio ontológico do ser. Ora, o princípio de não contradição está para o ser, como a essência ou substância está para o ente. Pois, aquilo que é incontraditório e indiviso em um ente, e apesar do devir e da multiplicidade da existência possibilita que ele permaneça o mesmo. Portanto, o princípio de não contradição é a própria estrutura da essência dos entes. Dessa forma, ele está também presente na ordem ôntica, e faz com que as coisas devenientes permaneçam com a unidade do sentido.

Em suma, o princípio de não contradição é a forma como o ser manifesta-se na pluralidade dos entes. Então, ainda que seja um princípio consagrado pela lógica, ele é antes de tudo ontológico, e só é lógico porque ontológico. Uma vez que ser e pensar são coincidentes. Ora, não é o pensamento que determina o ser, *mutatis mutandis* não é a lógica que determina a ontologia, mas o contrário. Sendo que o fundamento do ser é o fundamento do pensamento, e qualquer conclusão decorrente da lógica silogística das premissas depende do princípio de não contradição.

E disso é possível implicar uma teoria da verdade, pois a verdade é correspondência do pensamento à realidade, ou em outros termos, quando o que se afirma de fato é, e o que se nega de fato não é. Ou seja, a verdade do ser é a verdade do pensamento, e o pensamento só é verdadeiro quando está de acordo à verdade do ser. Ora, só é assim, pois o princípio do ser é o princípio do pensamento. Com efeito, o princípio de não contradição rege também a realidade gnosiológica.

É fato também que tal princípio garante a estabilidade da essência dos entes, o que possibilita a inferência e pesquisa de qualquer ciência. Realmente este princípio é o mais evidente e primário de todos, e, portanto, o mais conhecido pela natureza. Existe, assim, um fundamento ontológico nas coisas que é identificado pelo princípio de não contradição.

Esta reflexão sobre o axioma mais fundamental de todos e que está primeiramente na ordem ontológica, nos faz refletir sobre uma outra questão também fundamental. O objetivo foi responder como a unidade do ser se manifesta na multiplicidade dos entes, tendo refletido isso, cabe a pergunta: como a multiplicidade dos entes participa da unidade do ser? É fato que o mesmo princípio deve estar presente, ou não haveria sentido nas coisas, pois não haveria unidade. Portanto, os diversos entes, ainda que diferentes uns dos outro, devem possuir um sentido uno que manifeste o princípio ontológico de não contradição. Esta reflexão fica para uma pesquisa posterior.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Nazareno Eduardo de. *Os princípios de verdade no Livro IV da Metafísica de Aristóteles*. Princípios: Revista de Filosofia. Natal, v.15, n.23, p. 05-63, jan./jun. 2008.
- ANGIONI, Lucas. O princípio de não-contradição e a semântica da predicação em *Aristóteles*. *Analytica*, v.4, n.2, 1999, p. 121-158.
- ARISTÓTELES. *Categorias*. In: *Organon*. Tradução, prefácio e notas por Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Vol II. Texto grego com tradução ao lado por Giovanni Reale. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2015.
- ARISTÓTELES. *Tópicos*. *Organon*. Tradução, prefácio e notas por Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
- BERTI, Enrico. *Estrutura e significado da Metafísica de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2012.
- GILBERT, Paul. *A Paciência de ser*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MOLINARO, Aniceto. *Metafísica: curso sistemático*. São Paulo: Paulus, 2002.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol 1. São Paulo: Paulinas, 1990.